

38º Encontro Anual da Anpocs

GT 10 Democracia e Desigualdades

Um ponto cego também nas teorias feministas?

**Notas preliminares sobre desigualdades de gênero, feminismo e
comunicação.**

Rayza Sarmiento

Doutoranda/DCP-UFMG. Bolsista Fapemig.

Contato: yzasarmiento@gmail.com

Resumo: Este trabalho busca pensar o lugar da comunicação no interior da teoria política feminista. Para isso, trabalharemos com um conjunto de autoras fundamentais cujas reflexões foram publicadas na obra “*Teoria política feminista: textos centrais*”, a fim de identificarmos como a diversidade teórica que atravessa o feminismo tematiza (ou não) questões comunicacionais. Nosso argumento é que o enfrentamento às desigualdades de gênero e a efetivação da autonomia e da *agência perfeita* das mulheres possui um importante componente comunicativo e discursivo, nem sempre tratado com a devida centralidade. Nosso movimento ao longo do texto busca por vestígios dessa tematização da comunicação enquanto prática constituidora da sociedade e lugar tanto de engendramento quanto de desconstrução das desigualdades de gênero.

Um ponto cego também nas teorias feministas?

Notas preliminares sobre desigualdades de gênero, feminismo e comunicação.

Introdução

O título desta proposta de trabalho faz alusão a um artigo já clássico nos estudos brasileiros sobre comunicação e democracia. No texto, Miguel (2000) questionava qual o espaço concedido aos meios de comunicação nas diversas correntes do pensamento democrático, reivindicando um lugar mais complexo nas teorias para interpretação dos *media* e, assim, do próprio funcionamento das democracias. O autor preocupava-se ali não apenas com as expectativas ou papéis que o heterogêneo pensamento democrático desejava imputar (ou silenciar) aos meios, mas sim com a centralidade real deles para o fazer político, institucionalmente ou não. Olhava também para como as diferentes desigualdades políticas se materializam no acesso à mídia e como essa diferença de vocalização no cenário de visibilidade é profundamente reveladora da construção das sociedades democráticas.

É na trilha dessa importância inquestionável dos meios de comunicação para a vida democrática que nascem as questões a serem trabalhadas neste texto. A interrogação realizada por Miguel (2000b) há quase quinze anos para as teorias *mainstream* nos propomos a fazer, de forma ainda embrionária, para as teorias feministas, particularmente em diálogo com as autoras mais mobilizadas pela Ciência Política. Nosso interesse é tentar responder qual o papel da comunicação no também heterogêneo pensamento feminista, cujo esforço teórico, epistemológico e prático é de enfrentamento às desigualdades de gênero.

Ao apontar lacunas da teoria política e adicionar o gênero como um problema a essas reflexões inscritas no campo da Ciência Política, as estudiosas feministas construíram um arsenal teórico forte que as (nos) permite reinterpretar relações entre os sujeitos e entre eles e os espaços de partilha de poder. “Não se trata de um corpo teórico alternativo ou da introdução da categoria ‘gênero’ como um adendo às preocupações

tradicionais da teoria política”, afirmam Miguel e Biroli (2012, p.9), mais que isso, adicionam problemas antes não tematizados pela teoria, convocando a partir, das lentes do gênero mas não esgotadas na ela, que se revissem seus esforços de pluralização da democracia e efetivação da justiça social.

Um acréscimo incontestável do feminismo à teoria política foi ampliação dos espaços em que o poder foi tematizado (Fraser, 2007; 2009). Estenderam-se os horizontes em que a desigualdade foi historicamente pensada; incluíram-se a casa, a família, o corpo e a sexualidade, como algumas das arenas cheias de nós que impedem que a autodeterminação das mulheres enquanto sujeitos políticos se efetive completamente (Biroli, 2013; Okin, 2008; Young, 1987; 1989;). A tarefa de desatá-los, contudo, não se dá somente no plano das instituições, da efetivação de políticas públicas e da criação de ações afirmativas (Guzman, 2001; Matos, 2009; Miguel, 2000a; Matos e Paradis, 2013; Phillips, 2001), para citar só alguns dos esforços fundamentais no combate às disparidades. A democratização das relações de gênero passa, também, por um domínio discursivo, comunicante.

Investigar a atenção à comunicação em um pensamento político profundamente destabilizador das hegemonias, tal qual o feminista, é entender como esse pensamento busca estabelecer interações sociais com aquilo que contesta e com o que pretende construir. Dessa forma, buscaremos vestígios teóricos nas autoras fundamentais do campo feminista na política para tentarmos entender se houve alguma tematização sobre a comunicação (e não apenas a midiática) enquanto processo fundamental na desconstrução de opressões e de que forma tal processo foi pensado.

Para empreender essa discussão partimos dos textos publicados em uma coletânea nacional. Em “Teoria política feminista: textos centrais” (2013), estão dispostos doze textos fundamentais das autoras mais proeminentes que discutem a relação entre política e feminismo. Os textos são um conjunto do que a fértil teoria feminista produz (iu) desde os anos de 1980 (Miguel e Biroli (orgs.), 2013). Eles constituem um ponto de partida importante enquanto mapeamento das implicações das teorias feministas à teoria política, organizados por Miguel e Biroli (2013) a partir de quatro eixos de discussão: a relação entre público e privado; entre igualdade e diferença; identidades; e autonomia.

Os debates entre o privado como espaço que engendra éticas diferenciadas às mulheres (Gilligan, 2013; Elshtain, 2013) aquele que pode se tornar lócus de profunda opressão (Pateman, 2013; 1993), passando pela discussão do sujeito em disputa que constitui a reflexão e prática feministas (Okin, 2013; Mouffe, 2013) e pelo caráter dialético da autonomia das mulheres (Biroli, 2013; MacKinnon, 2013), são, a nosso ver, atravessados e constituídos por uma dimensão comunicativa. Os debates e a reflexão da teoria feminista enunciam novas formas de olhar para práticas dispostas na vida cotidiana, práticas essas alimentadas a todo o momento por interações sociais. A estruturação da opressão e da desigualdade, assim como seu combate, é então uma tarefa também comunicacional.

Alguns esclarecimentos são necessários na tentativa de clarear algumas das fragilidades já conscientes de nosso trabalho. Ao apresentarmos a proposta deste texto nosso interesse e esforço foi sempre o de realizar a discussão em tela com todos os textos da obra já citada – *Teoria política feminista: textos centrais*. Contudo, por questões de tempo, escopo e de imaturidade teórica-intelectual, esse empreendimento se mostrou muito difícil. Diante da diversidade de autoras, extrair do livro um subconjunto também não se revelou uma tarefa fácil. Mesmo diante dessas dificuldades, nosso movimento foi de, forma similar ao dos organizadores da obra, selecionar autoras que se aproximassem e se distanciassem radicalmente. Mesmo cientes dessa categorização frágil, entendemos que ela atende os objetivos dessas nossas notas preliminares. Escolhemos assim, enquanto representantes das feministas liberais, os textos de Susan Okin e Martha Nussbaum e como exemplos de um pensamento anti-universalista, marcado mais pela desconstrução do que pela reforma do político e da política, elegemos Chantal Mouffe e Eleni Varikas.

Um segundo esclarecimento é devido diante do uso focado de apenas um texto das autoras. Obviamente, eles não esgotam o pensamento de nenhuma delas, mas o estudo aplicado e detido da obra completa de todas seria inviável neste nosso momento de formação acadêmica. Dessa forma, o que faremos ao longo do *paper* é perceber como os artigos analisados nos fornecem pistas que ajudam a pensar a importância da comunicação para a discussão e prática feministas.

Por fim, o terceiro ponto a ser esclarecido diz respeito à forma como optamos por construir o texto. Não elegemos nenhuma metodologia específica neste momento,

não estamos realizando uma investigação no âmbito da história das ideias ou dos conceitos; não é o conceito de comunicação ou de prática comunicativa o objetivo perseguido na leitura dos artigos. Em alguma medida, a tentativa é de responder: quando os argumentos sustentados pelas autoras motivam a necessidade de se pensar em/a comunicação?

Assim, este texto está dividido em duas partes. Primeiro, discutimos a importância da dimensão *normativa* da comunicação para a vida em sociedades democráticas, para em seguida mobilizarmos a noção de contrato comunicativo, que nos guiará na discussão com o pensamento feminista. Na segunda parte, apresentamos os argumentos centrais dos quatro textos escolhidos, a fim de responder como o feminismo teorizado por duas formas de pensamento tão distintas nos faz pensar sobre a necessidade de tornar o processo comunicativo também uma questão teórica.

Gostaríamos de enfatizar que as páginas seguintes, conforme expõe nosso título, tratam-se de notas, observações iniciais, de uma discussão em gestação.

Comunicação e democracia: perseguindo [novos] contratos comunicativos

Diante de uma agenda de pesquisa já tradicional e cada dia mais fértil no Brasil, defender as imbricações entre comunicação e democracia ou comunicação e política é cair em um lugar comum. As diversas pesquisas realizadas sistematicamente pela academia brasileira indicam que a relação é simbiótica e vai desde a construção de líderes políticos, aos processos de formação da opinião pública, passando pelo debate sobre democratização dos meios e representações de minorias e chegando ao papel das novas tecnologias (Gomes, 2004; Gomes e Maia, 2008; Miguel e Biroli, 2010; Rubim, 2004; Norris, 2000). É na trilha desses estudos que tematizam e reconhecem a importância da comunicação para os processos democráticos que buscamos discutir essa relação com os estudos feministas. É importante ressaltar que, com exceção de Miguel e Biroli (2011), poucas são as pesquisas robustas, em terreno nacional, com a preocupação triangular em comunicação, gênero e política.

Nossa proposta, contudo, não pensa aqui as funcionalidades da comunicação ou sua materialidade midiática somente. Nesse sentido, a distinção de Wolton (2004) nos ajuda para indicar este objetivo. O autor distingue dois sentidos da comunicação, um

ligado à transmissão e difusão, que se confunde com os próprios meios de comunicação, chamado por ele de *funcional*. E outro, anterior, surgido no século XII, ligado ao ato de compartilhar, de interagir com outro, chamada por Wolton (2004) de *dimensão normativa da comunicação*. Essa é a dimensão que mobilizaremos no trabalho. Mais do que a comunicação midiaticizada, é a inter-relação enquanto processo constituidor das sociedades que nos interessa de forma mais detida.

Ao *pensar a comunicação*, Wolton (2004, p. 50) a define como uma característica fundamental da modernidade, diante do processo de abertura de diferentes fronteiras espaciais, políticas e econômicas e, principalmente, da “abertura ao outro”. A comunicação também seria uma *condição* para o funcionamento das democracias. O ato de comunicar, para o autor, resume a convivência em mundo em que lidar com a alteridade é fundamental. Negociar diferenças, estabelecer laços, na condição de homens e mulheres livres, princípio fundamental do liberalismo, é um processo de comunicação, intersubjetivo.

Wolton (2004) também afirma que é impossível separar os processos comunicativos das relações de poder e força, elas estão imbuídas na forma de endereçamento ao outro. Mais que isso, comunicar “não é prática natural, mas um processo frágil de negociação” (Wolton, 2010, p. 88).

Poucas tradições de pensamento político tornaram a comunicação tão central para as democracias quanto o pragmatismo. O pragmatista John Dewey (1927) assumirá que a comunicação é um “pré-requisito para a vida democrática”. É importante ressaltar que em Dewey o conceito de democracia assume dois sentidos: como sistema de governo e como ideia social. É sobre este último que o autor se dedica mais enfaticamente. Dewey entende que a democracia “é uma forma de vida” (1939). O autor afirma que é preciso fazer da democracia uma experiência, que tão importante quanto as mudanças institucionais, são as atitudes pessoais, o relacionamento cotidiano com o outro.

É preciso ter muito claros os fins da democracia para que se pensem meios adequados de realizá-los. Para Dewey, tais meios não estariam prontos em instituições como o sufrágio, as eleições periódicas e a regra da maioria. A democracia é, de acordo com ele, um projeto que se refaz o tempo todo, e sua radicalidade reside nessa natureza dinâmica (Mendonça, 2012, p. 124).

A democracia deweyana, assim, não está vinculada somente à política. Como ideia, ela não precisa se adaptar às instituições, não se expressa pelas vias tradicionais de poder e é, ao mesmo tempo, um fim e um meio (Pogrebinschi, 2004). “A tarefa da democracia será sempre criar uma experiência mais livre e mais humana na qual todos compartilham e para a qual todos contribuem” (Dewey, 1939, p.8).

Mas a vida democrática, enquanto um lugar de *investigação* e partilha, só se realiza em Dewey por meio da comunicação. É a comunicação, segundo o autor, que faz a passagem de um conjunto agregado de pessoas para uma comunidade (Dewey, 1927). É por meio dessa relação mediada pela linguagem que se constrói e se estrutura a atuação do *público* (Mendonça, 2012).

A atividade combinada acontece entre seres humanos; mas quando nada mais acontece, ela passa tão inevitavelmente para alguma outra forma de atividade interconectada quanto a interação do ferro e do oxigênio da água (...) Somente quando existem sinais ou símbolos das atividades e de seus resultados é que o fluxo pode ser visto de fora, ser captado para consideração e julgamento e ser regulado. O raio cai e racha uma árvore ou rocha e os fragmentos resultantes continuam o processo de interação e assim por diante. Mas quando fases do processo são representadas por sinais, um novo meio de comunicação é introduzido. Como os símbolos são relacionados uns com os outros, as relações importantes de uma série de eventos são registradas e são preservadas como significados (Dewey, 1927, p. 8).

Trazer as premissas de Dewey (1927; 1939) sobre comunicação e vida democrática nos ajuda na defesa do argumento de que a estruturação e desconstrução de opressões estão assentadas em processos comunicativos. As interações cotidianas com os outros precisam ser democratizadas, em um processo dinâmico de intercâmbio em que os indivíduos se veem parte de uma comunidade mais ampla e reconhecem o outro como integrante, em uma concepção procedimental da formação do público (Pogrebinschi, 2004).

Reformas no sistema político, cotas, políticas públicas específicas são esforços fundamentais para o combate às desigualdades de gênero nas diferentes sociedades. Mas junto com essas mudanças, também é necessário que novas formas de interação sejam erigidas. Entender a comunicação como partilha é insistir que ela é um processo

fundamental no enfrentamento à opressão e na discussão sobre democracia. O conceito de *contratos comunicativos* nos parece útil para o entendimento dessa posição.

De acordo com Mendonça (2008), a mobilização da noção de contrato, por vezes, deixa subjacente uma ideia de acordo consciente e fixo, tal qual seu significado no meio jurídico. Ao revisitar o uso do conceito por três grandes expoentes dos estudos de comunicação e linguagem - Umberto Eco, Eliseo Verón e Patrick Charadeau, Mendonça (2008) afirma que, resguardada as profundas diferenças entre os autores, ambos assumem os contratos como pré-existentes às relações dos sujeitos, sejam entre si, seja com textos midiáticos ou demais “materialidades simbólicas”.

O autor irá propor o entendimento dos contratos comunicativos como *uma ação situada*. Para Mendonça (2008, p. 7), não é possível dizer da existência de contratos anteriores à sua ocorrência – “a interação só se realiza em ato”. Os acordos e interpretações que realizamos nos processos cotidianos de negociação de sentido, entre duas pessoas ou entre pessoas e símbolos, só se manifestam em relação. A agência dos indivíduos só pode ser vislumbrada, advoga o pesquisador, quando posta em interação. Para entender como são construídos os contratos comunicativos, é preciso pesquisar a situação que conforma e é conformada pelos indivíduos. Mendonça (2008) se apoia nas concepções pragmatistas, especialmente de Dewey e George Mead, e na microsociologia de Goffmaniana, para estruturar essa noção de contrato comunicativo como situacional.

A luta por outras formas de vida, por reconhecimento de novas gramáticas morais (Honneth, 2003) ou pela agência perfeita das mulheres (Biroli, 2013) é também uma luta por novos contratos de comunicação. Esses contratos, contudo, só nascem em diálogo com as posições que precisam ou desejam ser enfrentadas. Há uma dependência fundamental da reflexividade alheia (não necessariamente da concordância) para que causas e reivindicações se tornem demandas generalizáveis, cujo entendimento se alargue para além do grupo que as defende. É a partir dessa noção que buscamos nos textos feministas de Okin, Nussbaum, Varikas e Mouffe pontos em que o estabelecimento de novos contratos de comunicação é fundamental para a defesa de outro olhar sobre as relações de gênero, disposta de diferentes maneiras nos quatro textos. Na seção seguinte, apresentaremos as ideias fundamentais presentes nos artigos das autoras;

para em seguida, discutir como elas nos ajudam a pensar a necessidade de novos contratos de comunicação no que pretende o pensamento feminista.

Entre liberais e anti-universalistas: feminismo e novos contratos de comunicação

Susan Moller Okin, falecida em 2004, foi professora da Universidade de Stanford e ficou conhecida como uma teórica feminista liberal, especialmente por seu livro *Justiça, Gênero e Família*, e seu forte debate com John Rawls. As discussões da autora se concentram, especialmente, em mostrar as injustiças que constroem a formação das famílias e das culturas, e como a defesa de uma privacidade ou de não interferência nesses campos pode ser prejudicial para a vida das mulheres. O texto traduzido para a coletânea “Teoria política feminista: textos centrais” (Miguel e Biroli (orgs.), 2013), “*O multiculturalismo é ruim para as mulheres?*” é da década de 1990 e traz à tona a tensão existente entre preservação das regras culturais e a igualdade de gênero.

No texto, Okin (2013 [1999]), enfrenta os argumentos preservacionistas da cultura. Quem faz a defesa dessa preservação, segundo a autora, comete frequentemente dois equívocos: a) trata os grupos como monolíticos, ignorando assim a diferença interna e, portanto, a opressão; e b) não olha para a esfera privada como espaço de desigualdade. Mesmo quando esses dois pontos são corrigidos, continua-se a insistir que a centralidade da vida pessoal nas culturas não pode ser fonte de questionamento (inviabilizando assim a luta política) ou ainda em mitos fundadores, que reificam estereótipos às mulheres, tais como os ligados ao cristianismo.

A autora conclui o texto dando a entender uma resposta afirmativa ao seu título, discutindo como, embora as culturas que ofendem abertamente os direitos das mulheres sejam de imediato tratadas como não dignas de direitos especiais, a maioria delas a faz de forma privada, velada e menos evidente, mas não menos maléfica e limitadora da autodeterminação feminina. O que Okin (2013) tenta esclarecer com sua provocação é que as desigualdades de gênero estão presentes mesmo em grupos que já sofrem profundas desvantagens sociais: “algumas vezes, mais culturas minoritárias patriarcais existem em meio a culturas majoritárias menos patriarcais; outras vezes, o inverso é verdadeiro” (Okin, 2013, p. 372).

Martha Nussbaum também é identificada com a corrente de pensamento liberal. Filósofa política e professora da Universidade de Chicago, suas preocupações se dirigem aos constrangimentos e às condicionantes que permitem as mulheres realizarem escolhas. Sua obra de 2000, *Women and Human Development (2000)*, em diálogo com a abordagem das capacidades popularizada por Amartya Sen (2001), discute como as capacidades precisam estar conjugadas às oportunidades factíveis de realização, construindo assim uma lista das garantias mínimas para que o desenvolvimento das mulheres fosse realizado, entre elas o direito a viver sem violência. Seu entendimento de liberdade resume bem seu argumento: [a liberdade] “não é apenas uma questão de ter direitos no papel, requer estar em posição de exercer esses direitos” (Nussbaum, 2000, p.54, tradução nossa).

O texto que integra a obra analisada, “*Julgando outras culturas: o caso da mutilação genital*”, publicado originalmente nos anos 2000, discute, a partir de uma prática específica que afeta exclusivamente as mulheres, até que ponto o relativismo cultural pode ser considerado quando confrontado com os padrões desiguais vivenciados pelas mulheres.

Embora seja uma prática assustadora, Nussbaum lembra que à crítica a mutilação genital feminina por vezes foi chamada de etnocêntrica, baseada em “uma glamourização do prazer sexual” (Nussbaum, 2013, p. 343). Ela enfrenta, respondendo-os, quatro argumentos comuns levantados por quem defende o relativismo cultural: a) de que não se pode julgar uma cultura sem que esteja pronto para fazê-la em sua própria. Segundo ela, tal tese é verdadeira, já que é necessário examinar as próprias falhas; b) de que não se pode criticar a cultura a não ser que se tenha eliminado os problemas similares daquela de quem está criticando; Para Nussbaum, o argumento não se sustenta, já que as críticas podem vir de forma simultânea e não etapista; c) de que a mutilação genital está em pé de igualdade com o culto à beleza americano; o que também seria falso por se dar em condições perigosas e irreversíveis; d) de que nem todas as mulheres sentiriam falta ou considerariam fundamental a capacidade retirada pela mutilação; justificativa considera falsa pela autora pois a renúncia ocorre antes de que se conheça as funções do próprio corpo.

Ao responder a esses pontos, a autora afirma que a preservação de práticas como se essa pode se dar não por escolha, “mas por condições de intimidação e desigualdade econômica” (Nussbaum, 2013, p. 345).

Em uma vertente distante do pensamento liberal, está a obra de Chantal Mouffe, professora da Universidade de Westminster e frequentemente identificada como uma democrata radical e pós-marxista, tornando-se conhecida, especialmente, por entender a política como um paradoxo indissolúvel. Suas discussões partem da premissa do anti-essencialismo do político e de uma preocupação com as categorias que engessam tanto a formulação teórica quanto a prática democrática.

No texto “*Feminismo, cidadania e política democrática radical*”, publicado originalmente em 1992, a autora mostra como o pensamento antiessencialista é fundamental para a construção de uma política radical, afirmando que a insistência em identidades, categorias ou grupos físicos, não colabora para entender nem lidar com a pluralidade que constitui as democracias.

Cabe ao feminismo especificamente, diz Mouffe (2013 [1992]), abandonar o “sujeito feminino” como uma entidade homogênea. A autora afirma que para muitas feministas não é possível pensar na ação política sem uma unidade coerente do sujeito, mas que seria necessário superar essa busca por uma rigidez identitária e entender que a todo o momento os sujeitos alternam posições de dominação e subordinação. Identidades são subvertidas e transformadas dinamicamente, são “contingentes e precárias” (Mouffe, 2013, p. 268).

Mouffe (2013) dialoga com algumas correntes do pensamento político-feminista. Critica inicialmente as feministas maternalistas, pela defesa de um “centro de subjetividade” especificamente feminino. E afirma que mesmo Pateman (1993), ao defender uma cidadania sexualmente diferenciada, embora mais sofisticada, continua em busca da essência que torna mulheres em mulheres.

A concepção radical de cidadania de Mouffe não tenta discutir a tensão entre público e privado, mas extingui-la, bem como tornar a diferença sexual irrelevante – “cada empreendimento é privado, ao mesmo tempo em que nunca está imune de sua condição pública” (Mouffe, 2013, p. 276). Para autora, o feminismo deveria apostar não na defesa das identidades fixas, mas nas diferentes posições de sujeito que podem ser assumidas, insistindo na “transformação de todas as práticas e discursos onde a categoria

mulher significar subordinação”, mas “não deve ser entendido como uma luta pela igualdade de um grupo empírico definível” (Mouffe, 2013, p. 280). A luta feminista, para Mouffe, só será efetiva quando múltipla e anti-essencialista.

Também identificada com a perspectiva anti-universalista, Eleni Varikas é professora de Teoria Política da Universidade de Paris 8. No Brasil, seu trabalho é mobilizado no campo da História, particularmente na história das mulheres, por conta de sua intervenção no debate entre Joan Scott e Louise Tilly¹.

No texto “*O pessoal é político – desventuras de uma promessa subversiva*”, a autora discute o tipo de liberdade requerida pelo feminismo e a própria construção do sujeito coletivo que empreende as lutas feministas. A autora apresenta duas grandes vertentes do entendimento sobre a *politização do privado*. A primeira delas enfatiza o caráter estrutural da dominação, mostrando que não se trata de desigualdades apresentadas no nível individual, mas sistêmicas. “Afirmando que o pessoal é político, não subestimava as estruturas e as instituições em proveito de uma transformação da vida cotidiana, assim como não se mantinha fora do político, em um “alhures” inocente, fantasmado” (Varikas, 2013, p. 179).

Contudo, Varikas denuncia que a politização do pessoal incorreu em um risco grande, característica da segunda vertente, o de essencializar a vivência feminina, como portadora de características especiais. Seu diálogo crítico, a exemplo de Mouffe (2013), é com as autoras do que chama de “matriarcalismo político” (p. 187), e sua ênfase é que o feminismo não pode se confundir com “uma experiência imediata das mulheres”.

Para Varikas (2013), a força do pensamento matriarcal foi produto do questionamento se a distinção público e privado deveria ser suprimida ou reformulada. Para ela, a dominação foi refletida, racionalizada, mas não subvertida, o que acabou conduzindo para o perigo da exaltação do privado. Não se pode passar de uma servidão a uma moralização do privado, argumenta. A autora finaliza seu texto criticando o pensamento maternal e enfatizando que a agência do feminismo não pode ser construída

¹ O desacordo entre as duas historiadoras parte do debate sobre quais as ferramentas epistemológicas mais adequadas para analisar o feminismo: Scott é adepta do pós-estruturalismo, enquanto Tilly advoga pelos métodos da história social. Ao intervir em tal discussão, Varikas busca tornar mais claro como os conceitos de determinação e subjetividade são incorporados para falar do gênero. Varikas (1994, p. 66) está mais próxima da segunda: “como Louise Tilly, sou muito cética quanto ao potencial da desconstrução para elaborar uma visão não determinista da história e, mais ainda, uma visão das mulheres como sujeitos da história”.

e definida a priori: “a relação com o nós, o fazer parte de um sujeito coletivo (...) não tem nada de automático ou de dado de antemão por uma experiência qualquer” (Varikas, 2013, p. 191).

O que pretendemos com essa sucinta retomada dos principais pontos apresentados pelas autoras nos textos em questão é observar como suas proposições teóricas deixam ver os pontos em que consideramos fundamental pensar a emergência de novos contratos comunicativos. Lembrando a ideia de contratos como ações situadas (Mendonça, 2008), exposta anteriormente, entendemos que as modificações de padrões de subjugação dispostas nos horizontes das quatro autoras supracitadas possuem componentes discursivos, presentes a todo o momento, porém implícitos e não tematizados. Vejamos.

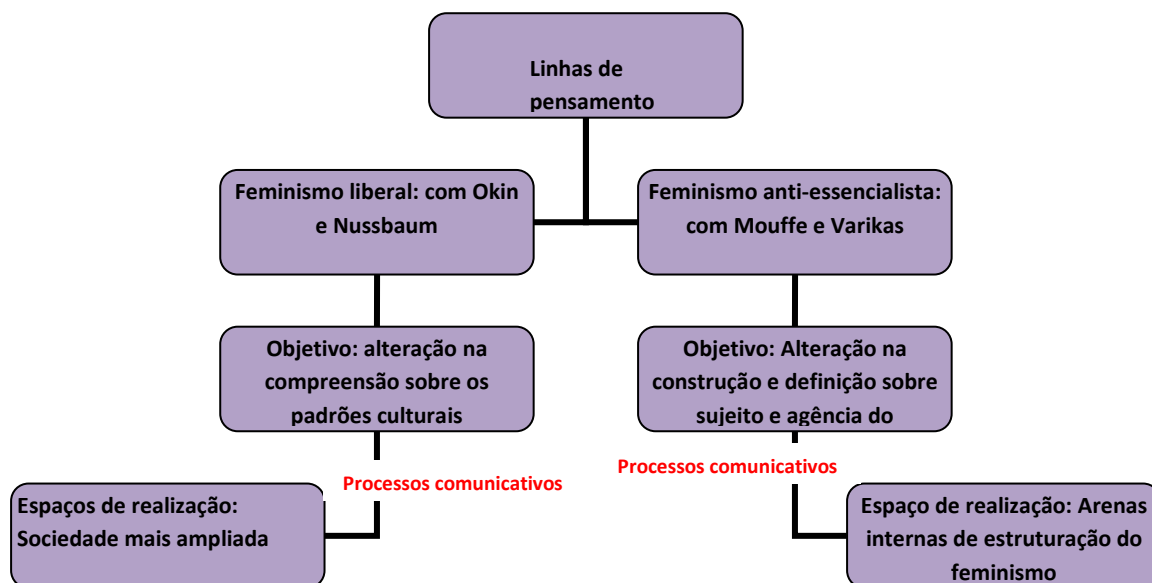
As discussões de Nussbaum e Okin chegam a um ponto similar, a de que a cultura precisa ser reinterpretada para não favorecer a opressão. Já Varikas e Mouffe, propõem uma ruptura com a forma como o sujeito é construído e a agência do feminismo é pensada. Com as liberais, vemos uma defesa do enfrentamento às desigualdades que afetam as mulheres como fator fundamental para a construção de sociedades mais justas e democráticas. Com as anti-essencialistas, a discussão ganha um tom mais de ruptura, não apenas no combate à situação de desigualdade, mas na própria subversão de como as democracias se estruturam e uma tentativa de retirar um lugar colocado *a priori* para um grupo específico, as mulheres. Mas o que isso tem a ver com comunicação?

É impossível pensar as alterações que as duas linhas de pensamento propõem - seja para a forma como as mulheres são tratadas em algumas culturas, seja para a recriação da agência do feminismo - sem atinar que esses dois processos dependem de enunciar, de compartilhar, de entrar em embates e dissensos. Os objetivos que Okin, Nussbaum, Varikas e Mouffe perseguem dependem do compartilhamento discursivo do que entendem por feminismo. Nenhuma das mudanças propostas pelas autoras se dá tão somente via negação ou afirmação de leis, no caso das propostas anti-preservacionismo cultural das liberais; ou apenas em uma mudança automática na forma como movimentos e coletivos estruturam sua agência cotidiana, recolocando-os seus papéis de sujeito, tal qual tematizam as anti-essencialistas.

Como Braga (2001, p. 66), entendemos que dependemos da comunicação em “toda e qualquer atuação que solicita coparticipação”. Comunicar é assim um processo

“que decorre do esforço humano de enfrentar as injunções do mundo e de desenvolver aquelas atuações para seus objetivos” (Braga, 2001, p.66), seja de forma coordenada e harmônica ou profundamente conflitiva.

Diagrama 1: O papel da comunicação na execução dos objetivos feministas



Fonte: Elaboração nossa.

A execução dos objetivos perseguidos pelas duas frentes de pensamentos representadas pelas autoras se materializa a partir (mas não somente) de processos comunicativos. A realização das alterações que buscam dependem da interlocução, tanto interna aos espaços feministas (no caso específico sobre a discussão do sujeito) quanto externa/ampliada, como nos processos de reinterpretação cultural com vistas para a igualdade de gênero. Processos comunicativos são assim pontes necessárias para que se atravesse de uma formulação específica para o compartilhamento de uma reivindicação, visando a modificação dos padrões de sociabilidade.

A luta feminista, nas suas dimensões teórica e prática-ativista, é também uma luta por novos contratos de comunicação, por novos quadros de sentido sobre os papéis que homens e mulheres desempenham nos mais diversos âmbitos da sociedade, da

política, da cultura, da casa e família. Sem pensar a comunicação como um esforço e práxis central, obscurece-se o entendimento e a própria análise da penetração do feminismo nas sociedades.

O que estamos dizendo não é que o feminismo não se comunica, que esses processos precisam ser instaurados ainda. Mas sim que a teoria feminista, mesmo quando tematiza fenômenos (especialmente, ligados aos domínios simbólicos) que dependem da comunicação não a tematiza com a devida força. Essa não centralidade pode ser observada não apenas no interior das discussões teóricas, mas também no tipo de trabalho empírico realizado sobre a tríade comunicação, política e gênero. A maioria desses estudos, por sua vez, estão preocupados com um tipo específico de comunicação, a midiática, mas seus resultados e caminhos nos ajudam a refletir.

Análises sobre comunicação, gênero e política têm florescido, desde a década de 1970, especialmente nos contextos europeu e norte-americano (Gill, 2007; Mendes e Carter, 2008; Miguel e Biroli, 2011; Ross e Byerly, 2006; Sreberny e Van Zoonen, 2000; Tohrnam, 2007). Procuramos mapear, ainda que brevemente, alguns dos horizontes para os quais confluíram esses estudos (Sarmiento, 2013a; 2013b). Um primeiro veio dessas análises, possivelmente o mais forte deles, é preocupado com a representação de mulheres políticas nos *media*, ligando-se à literatura feminista sobre a dificuldade de acesso das mulheres aos cargos do sistema político formal. Um segundo veio de estudos enfoca a representação simbólica das mulheres, a forma como certos assuntos são tematizados nos veículos, os estereótipos com os quais o feminino é enquadrado e a ausência de pluralidade e heterogeneidade com que as mulheres aparecem na cena midiática. Por fim, um terceiro horizonte dos estudos de comunicação, gênero e política é a discussão sobre o ativismo feminista na mídia, com análise e proposições práticas do enfrentamento que mulheres e coletivos fazem às produções midiáticas, partindo da ideia de que a democratização da comunicação deve também levar em consideração o gênero.

Esse mapeamento inicial dos estudos empíricos inscritos na tríade comunicação (especialmente, a midiática), feminismo/gênero e política tem mostrado pouca mobilização das categorias e debates da teoria feminista. Em geral, isolam-se os meios de comunicação no lugar de reprodutores de uma lógica machista, sem abordar com mais profundidade o movimento, por vezes dialético, que é a inscrição das relações de gênero nos *media*.

Após estudar as publicações acadêmicas americanas que se preocupavam com a confluência teórica entre feminismo e mídia, Ardizzoni (1998) fala de uma “monotonia” dessa agenda de pesquisa, com um padrão específico e, por vezes, limitado de análise². Eles estariam preocupados em criticar as representações das mulheres, especialmente, nos produtos midiáticos, mas sem estabelecerem laços fortes com a própria epistemologia(s) feminista(s), descolando as análises da crítica complexa, até mesmo dissonante, realizada pelo feminismo.

Tal crítica também é endossada por Van Zoonen (1994), em *Feminist media studies*, uma das obras pioneiras em sistematizar como a comunicação midiática foi introduzida como uma questão para o feminismo. Segundo a autora, ao longo dos primeiros vinte anos dessa agenda (1970-1990), três preocupações foram centrais para os estudos feministas de mídia: os estereótipos de gênero mostrados nos meios de comunicação, a especificidade da pornografia, e a ideologia de gênero. Embora sejam esforços extremamente relevantes, a autora afirma que a maior parte desses estudos recai em uma generalização contínua, admitindo por vezes a passividade das audiências femininas em resistir ou negociar sentidos com as produções.

Van Zoonen (1994) afirma que essas pesquisas acusam os meios de distorcer a realidade ou não construir uma representação ideal das mulheres. Ela segue questionando o que podemos defender como “real” e em nome de quais “mulheres” esses estudos advogariam. A autora enfatiza a necessidade de entender tanto as relações de gênero quanto os meios de comunicação como dinâmicos, atravessados por construções discursivas que se alteram a depender dos contextos e sujeitos específicos.

Essa visada pouco complexa sobre as relações entre feminismo/gênero e a construção de sentidos midiáticos, a nosso ver, é também fruto da pouca discussão interna à teoria sobre comunicação. Obviamente, os processos de midiatização ou da comunicação funcional (Wolton, 2004) demandam análises diferentes do argumento que

² “A look at the available materials concerning the coexistence and interconnectedness of women and media reveals a pattern of approaches that I would define “monotonal.” Titles such as “Women in TV Commercials,” “The Girls in the Cartoons,” “Heroine of Daytime Serial,” or “Fighting Sexism on the Airwaves” are but the tip of an iceberg whose foundations lie deep in the mainstream approach to feminist research in communication (ARDIZZONI, 1998, s/p, texto disponível em html.)”

estamos defendendo ao longo do texto, que é mais focado nas interações cotidianas livres da mediação de massa. Contudo, tais análises não são distantes ou excludentes. Entender o papel orgânico da comunicação no que se propõe o feminismo, internamente a teoria, possibilita, a nosso ver, a sofisticação da crítica e das proposições que se esperam no âmbito das representações midiáticas, sobre mulheres e homens.

Em alguma medida, não só os objetivos apresentados pelas autoras que escolhemos, mas o próprio cerne do feminismo, no combate à opressão das mulheres, é quase que completamente dependente de processos comunicacionais, como também é a política, tal qual lembra Miguel (2000),

Como diz Hannah Arendt (1987[1958], p. 35), “quase todas as ações políticas, na medida em que permanecem fora da esfera da violência, são realmente realizadas por meio de palavras”. É por intermédio do discurso que se constroem as identidades coletivas; ou, dito de outra forma, que se traça a linha divisória entre o “nós” e o “eles”, entre amigos e inimigos, o que, segundo uma leitura conservadora, é a essência do político (Schmitt, 1992 [1932]). É pelo discurso que os fatos sociais ganham significado; ou melhor, a luta pela imposição de determinados significados é, em grande medida, a própria luta política (Edelman, 1964; 1985). É também por intermédio do discurso que se veiculam os projetos políticos, visões de futuro capazes de amalgamar uma pluralidade de indivíduos numa vontade coletiva (MIGUEL, 2000, p. 65).

Contudo, ser um componente fundamental da teoria e da luta feminista, não pode significar ser um componente invisível ou um *ponto cego*. Nesse sentido, entendemos que é importante que de forma estrita ou ampliada a teoria feminista reflita sobre os processos comunicacionais, que desvele nos “fenômenos sociais a comunicação enquanto momento constituidor” (França, 2006, p. 85). Dois pontos, a nosso ver, merecem atenção: a) a comunicação que estrutura o movimento feminista, a interação disposta no compartilhamento de um ‘nós’, que não se resume aos produtos de comunicação, ou aos estudos sobre imprensa feminista; b) o tipo de interação que se almeja e aquela que é realizada quando se projeta os debates feministas a arenas ampliadas ou à esfera pública, no sentido de entender como se dá o diálogo, o enfrentamento a repulsa a essas pautas.

Considerações finais

A partir de quatro autoras reunidas na obra “Teoria política feminista: textos centrais”, a saber Susan Okin, Martha Nussbaum, Chantal Mouffe, buscamos discutir a importância de pensar a comunicação no interior do pensamento feminista. Comunicação aqui não resumida à mídia, mas ao próprio ato interacional que rege a vida cotidiana.

Nosso movimento foi de, a partir da noção de contratos comunicativos como uma ação situada (Mendonça, 2008), isto é, como dependentes da interação com o outro, mostrar como os objetivos feministas perseguidos pelas autoras dependem da comunicação. Nosso interesse não era perseguir o conceito de comunicação nos textos ou ainda pensar a construção linguística do sujeito como ato de performance (Butler, 2003).

Dividimos as autoras em dois grupos, liberais e anti-universalistas, a fim de apresentarmos suas ideias centrais e seus pontos de encontro. Em seguida, discutimos como as questões que tematizam necessitam de um entendimento sobre a comunicação. Tentamos ainda discutir como os estudos que se preocupam com a comunicação midiática acabam se tornando circulares, sem uma mobilização complexa dos grandes insumos da teoria feminista para a interpretação dos *media*. Mas esse é apenas uma vertente da agenda tímida de pesquisa sobre comunicação, política e gênero. É preciso, antes, tornar a comunicação, enquanto partilha e interação, um problema mais sistemático de pesquisa, entendendo-os os meios como apenas um dos tipos desse processo, que é muito mais amplo e ocorre cotidianamente quando se fala tematiza o feminismo nos espaços formais do sistema político, na universidade e nas mais corriqueiras conversas cotidianas.

Referências bibliográficas

ARDIZZONI, Michela. Feminist Contributions to Communication Studies: Past and Present. *Journal of Communication Inquiry* 22.3 (1998): 293-305.

BIROLI, Flavia. *Autonomia e desigualdade de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Editora Horizonte, 2013, p.23-56.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, vol. XXV, n. 58, janeiro-abril 2011, p.63-77.

ELSHTAIN, Jean. Rumo a uma teoria crítica da mulher e da política: reconstruindo o público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 121-172.

FRANÇA, Vera Veiga. Sujeitos da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera Veiga. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 61-88.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, v.15, n. 2, p. 291-308, 2007.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e astúcia da história. *Mediações*, v.14, n.2, p.11-33, 2009.

GILL, Rosalind. *Gender and the media*. Cambridge: Polity, 2007.

GILLIGAN, Carol. Imagens da relação. . In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 81-120.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

GUZMAN, Virginia. *La institucionalidad de género en el estado: Nuevas perspectivas de análisis*. Santiago: CEPAL/Unidad Mujer y Desarrollo, 2001.

MacKINNON, Catharine. Desejo e poder. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 231-250.

MATOS Marlise; PARADIS, Clarisse. *Mulheres e políticas públicas na América Latina e Caribe: desafios à democracia na região*. Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, 2013.

MATOS, Marlise (org.) *Enfoques Feministas E Os Desafios Contemporâneos: Perspectiva Feminista de Gênero na Política e nas Políticas Públicas*. Belo Horizonte, FAFICH/DCP, p. 59-112, 2009.

MENDES, Kaitlyn; CARTER, Cynthia. Feminist and Gender Media Studies: A Critical Overview . *Sociology Compass*. v.2, n.6, p. 1701–1718, 2003.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Contratos comunicativos e ação situada: uma abordagem pragmática. *E-compós*, Brasília, v.11, n.2, maio/ago. 2008, p.1-17.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 119-146.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. *BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, n.49, p. 51-77, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 265- 282.

NORRIS, Pipa. *A virtuous circle: political communication in postindustrial societies*. Cambridge: University Press, 2000.

NUSSBAUM, Martha. *Women and Human Development: The Capabilities Approach*, Cambridge University Press, 2000.

NUSSBAUM, Martha. Julgando outras culturas: o caso da mutilação genital. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 339-358.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

OKIN, Susan. O multiculturalismo é ruim para as mulheres?. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 359-376.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 55-80.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias para uma política da presença? *Revista Estudos Feministas*, ano 9, p.268-290, 2001.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia libera? In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 283-304.

POGREBINSCHI, Thamy. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 23, p. 43-53, nov. 2004.

ROSS, Karen; BYERLY, Carolyn. *Women and Media- International Perspectives*, Blackwell Publishing, 2006.

RUBIM, Antonio (orgs.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA, 2004.

SARMENTO, Rayza. *Entre tempos e tensões: o debate mediado sobre a Lei Maria da Penha (2001 a 2012)*. 2013.188f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013a.

SARMENTO, Rayza. Mídia, Gênero e Política: Breve Mapeamento de Horizontes Analíticos. *Revista Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*. Vol. 2. Nº 5. 2013b p.1-15b.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das letras, 2001.

SREBERNY; Annabelle; VAN ZONEN, Liesbet (orgs.). *Gender, politics and communication*. Hampton Press, 2000.

THORNHAM, Sue. *Women, feminism and media*. Endinburg University Press, 2007.

VAN ZONEN, Liesbet. *Feminist media studies*. SAGE Publications, 1994.

VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 173-194.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, (3) 1994: pp. 63-84.

WOLTON, Dominique. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Brasília: Editora da UnB, 2004.

YOUNG, Iris Marion. A Imparcialidade e o Público Cívico: Algumas Implicações das Críticas Feministas da Teoria Moral e Política. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL,

Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987, p. 66-86.